



Anais da Assembléia

50

CURITIBA, SEGUNDA, EM 18 DE MAIO DE 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 38.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1987.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Pedro Tonelli.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinatti, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Rafael Greca, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos e Werner Wanderer (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Homero Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente, sessão, voto de profundo pesar, manifestado à família do Senhor Miguel Lopes da Silva, pelo seu passamento ocorrido no dia 15 de maio próximo passado, na cidade de Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Senhora Ana Ferreira Lopes e pai do Vereador Joel Lopes da Silva, esposo da Senhora Matilde Lopes da Silva. Além destes, deixa os seguintes filhos: - Moacir, casado com a Senhora Lúcia, Telma de Assis, casada com Luiz Carlos de Assis; Jean Reno de Mattos, casada com Paulo Reno de Mattos, Alaor, casado com a Senhora Ivonete e Lafaiete casado com a Senhora Solange, bem como, vinte netos.

O infausto acontecimento veio abalar de forma profunda a sociedade pontagrossense, pois que pertencente à tradicional família daquela cidade, gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER, mais, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Dario Veloso, n. 21 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento: ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, seja registrado nos Anais desta Augusta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Egidio Lucini, ocorrido em data de 14 de maio corrente, no município de Itapejara D'Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O infausto desaparecimento do Senhor Egidio Lucini deixa na comunidade de Itapejara D'Oeste um vazio que dificilmente será preenchido. O extinto era pessoa boníssima, tendo ao longo da sua vida desfrutado da confiança e da amizade que sempre granjeou junto às pessoas que com ele tiveram a ventura da convivência, quer familiar, quer profissional. Não obstante o legado acerbo que será a sua ausência, deixa ainda, um legado de fé, amor e trabalho. Que do presente se dê ciência à

família, através da Câmara de Vereadores do Município de Itapejara D'Oeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem do 11.º aniversário de fundação do jornal "O Paraná".

As notícias vinculadas no jornal "O Paraná" contém precisas informações que dizem respeito aos acontecimentos locais, de âmbito estadual e no plano nacional, sempre incluindo opiniões de diversos articulistas e colaboradores, além da própria posição de independência do jornal.

O dinamismo e a determinação fizeram com que, superando as inúmeras dificuldades, o jornal "O Paraná", galgasse a posição de destaque que atualmente possui, de um veículo de comunicação identificado com os reais interesses do povo paranaense.

Neste sentido, os cumprimentos pelo transcurso dos onze anos de circulação do jornal, extensivos a todos os que integram o quadro de jornalistas, repórteres, fotógrafos, gráficos e publicitários pelo papel que desempenham com profunda consciência profissional.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à Direção do Jornal "O Paraná".

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em nome da bancada do PDT (composta pelos parlamentares Algaci Túlio, José Alves, Valderi Mendes Vilela, Rafael Greca e Antônio Belinati, REQUER, após ouvido o Plenário, registro de voto de congratulações ao Jornal "O Paraná" pelo seu 11.º aniversário, comemorado no último dia 15 do presente mês.

Requer, ainda, que seja dada ciência aos diretores proprietários daquele diário, Emir Sfair e André Costi, que pelo espírito empreendedor são motivos de orgulho do povo Oestino, que tem no "O Paraná" um instrumento de defesa dos seus interesses.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações à Comissão Organiza-

dora do II Encontro Municipal de Agricultoras, em Ivaiporã.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às Ilustríssimas Senhoras Marivete Bach e Lúcia Boing no seguinte endereço: Rua Ceará, 466 - 86.870 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É inegável a participação da mulher na agricultura apesar do quanto essa participação tem sido ignorada.

Com os rumos da política, essa participação já não está relegada ao ostracismo e, sim, cada vez mais é evidenciada. Por outro lado, a própria mulher agricultora saiu da sua condição de trabalhadora anônima para sair à luta, levantando a sua voz para reivindicar os seus direitos que por tanto tempo foram marginalizados.

Constituindo e representando a associação de classe, a mulher agricultora acompanha os acontecimentos nacionais e deles quer participar, participação que ninguém lhe pode negar.

Assim, em fevereiro de 1986, aconteceu o I Encontro Municipal de Agricultoras, em Ivaiporã, ocasião em que foi debatido o tema "Agricultura e Constituinte".

Agora, mais recentemente, realizou-se o II Encontro, e desta vez o tema abordado foi "Saúde da Mulher".

A importância e a profundidade dos temas abordados, demonstram a preocupação e a maturidade política das participantes, fatos que, aliados à grande contribuição das mãos femininas na produção de alimentos, merecem todo o nosso respeito, simpatia e solidariedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao produtor Rodolfo Germano Werner, que sagrou-se campeão de produtividade no Estado com colheita, este ano, de 11.400 quilos por hectare de milho podendo chegar a ser Campeão Nacional.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência de decisão da Casa ao engenheiro Richard Golba.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Para o engenheiro agrônomo Richard Golba, o campeão de produtividade vinha aplicando em suas terras o sistema de plantio direto há seis anos.

Como este sistema exige grandes investimentos em máquinas e equipamento especiais, no lugar destes, Rodolfo G. Werner optou por animais.

Este trabalho, no entanto, se bem que

simples, exigiu muito esforço, e, como ele explica: "Não houve mágicas nem fórmulas secretas, apenas muito zelo, cuidado com o solo e uma alta dose de criatividade".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações ao Grupo Escolar "Hugo Simas", pelo quinquagésimo ano de atividades de ensino.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à Diretora da Entidade, professora Adélia Dias Castela Ribeiro.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1937, no sertão do Norte do Paraná, deu-se a inauguração da segunda escola pública de Londrina, hoje a Escola Estadual "Hugo Simas", Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo, a qual iniciou seu funcionamento com 587 alunos.

O Grupo foi se estruturando e em 29 de julho de 1941 fundou-se a Cooperativa Escolar Duque de Caxias. Em 1944 os alunos já passaram a contar com a cantina da escola, a qual hoje fornece a merenda escolar para quase 2.000 alunos.

Para Londrina, com 53 anos de existência, é motivo de regozijo ter uma escola que há 50 anos ensina as primeiras letras e os primeiros fundamentos da educação e do saber aos jovens que hoje já se tornaram o presente do futuro da sua gente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente de congratulações à Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em alusão ao "Dia da Indústria", que será comemorado no dia 25 de maio.

Da aprovação, REQUER, que seja dada ciência ao Senhor Jorge Aloysio Weber, digníssimo Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; com endereço à Avenida Cândido de Abreu, 200.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A importância da Indústria, dentro de um País em desenvolvimento, é peça importante para que efetivamente se caminhe para frente no progresso e o Paraná, apesar de considerado um Estado agrícola, apresenta um parque industrial respeitável, e dada a sua importância neste contexto, queremos cumprimentar o industrial pela passagem do seu dia comemorado a 25 de

maio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando providências visando a pavimentação asfáltica do trecho que liga Ponta Grossa à localidade de Biscaia, também chamada Rodovia do "Talco", numa extensão de 31 km, a qual apresenta-se em condições críticas de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação deve-se às precárias condições de tráfego na referida estrada, e, particularmente, por tratar-se de região de calcário de alta produção, cujo volume de minério "Talco", escoado da região, é responsável atualmente por 80% da produção nacional, numa contribuição expressiva ao desenvolvimento sócio-econômico do Paraná.

Verificados estes dados, urge o problema por uma posição das autoridades constituídas, que venha, efetivamente, adequar aquela Rodovia em condições favoráveis às exigências que se impõem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com fundamento no art. 134, § 1.º, inciso IV do Regimento Interno. REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, conste da Ata da Sessão de hoje, voto de congratulações pelos 17 anos de fundação da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.

A criação da Universidade ocorreu através da Lei n. 1034, de 06 de novembro de 1969, fato este que trouxe muita satisfação à comunidade pontagrossense. Uma comissão integrada por vários professores foi designada para a elaboração das linhas sêxtuplas de candidatos a reitor e vice-reitor, bem como, à elaboração do Estatuto e do Regimento da nova Universidade.

Em 15 de maio de 1970 foi então empossado o primeiro reitor, Professor Álvaro Augusto Cunha da Rocha e, como vice-reitor o Professor Odeni Villaga Mongruel. Esta data foi a escolhida para marcar os aniversários da instituição.

Hoje, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, situada na Praça Santos Andrade, é administrada pelo reitor JOÃO LUBCZYK com a colaboração do Vice-Reitor LAURO FANCHIN, contando com aproximadamente 6.000 acadêmicos e 800 professores e servidores técnicos e administrativos.

Orgulhosos pelo desempenho desta

instituição, que através dos anos vem formando grandes homens e mulheres, os quais em muito vêm contribuindo para o desenvolvimento não só de Ponta Grossa, mas de todo nosso Estado e, também do Brasil, o que, temos certeza, será uma continuidade marcante com a atual administração, registramos aqui as nossas mais altas e justas homenagens. Parabéns Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada ao digníssimo reitor, Professor João Lubczyk.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoio: Algaci Túlio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando providências urgentes para a criação de 2.º Grau no Município de SULINA, recentemente desmembrado do Município de Chopinzinho, dando-se ciência do presente requerimento ao Excelentíssimo Sr. ALBINO SCOLARO, Prefeito Municipal de Chopinzinho e ao Vereador ALDÉCIO BAVARESCO, representante de SULINA na Câmara Municipal de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Conforme Lei n. 8.467, de 21 de janeiro de 1987, publicada no Diário Oficial do Estado n. 2.450, de 23 de janeiro de 1987, o território de SULINA foi desmembrado do Município de Chopinzinho, emancipando-se como Município autônomo.

Trata-se de município em franco desenvolvimento, que conta com aproximadamente 4.000 habitantes, com mais ou menos 700 crianças em idade escolar, das quais possivelmente 50% já aptas a ingressar no 2.º grau.

Outrossim, o município recém-criado fica distante do município de Chopinzinho em 34 quilômetros de estrada de chão, dificultando sobremaneira a locomoção das crianças para a escola, principalmente em dias de chuva.

Por outro lado, SULINA, conta com a Escola Nestor de Castro, de 1.º Grau, cujo prédio tem condições de inicialmente abrigar também o 2.º grau, além de existir no município professores habilitados a ministrar aulas.

Ante o exposto, conhecedores que somos da política do Governo atual, no sentido de cada vez mais melhorar as condições do

ensino no Estado, estamos certos de que a Secretaria de Educação tomará as providências cabíveis para a criação do 2.º grau em SULINA, com a máxima brevidade possível, no sentido de seu funcionamento já para o próximo ano de 1988.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER sejam encaminhados Ofícios aos Senhores IRIS RESENDE MACHADO, Ministro da Agricultura e OSMAR FERNANDES DIAS, Secretário da Agricultura, apoiando os termos do expediente a eles formulado pela ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES - APS, referente recursos para a execução do seu Programa Estadual de Melhoramento Genético.

Na maior parte das vezes, graças aos seus próprios recursos, a APS vem desenvolvendo um trabalho dos mais edificantes aos suinocultores.

Neste período, com relativo apoio das Instituições Estaduais, principalmente as ligadas à Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, e, contando também com a sensibilidade das Prefeituras Municipais, a APS vem conseguindo desenvolver seu Programa de Melhoramentos Genéticos. Indiscutível é ressaltar que este trabalho é executado exclusivamente pela referida associação, via Granjas de Reproduções, filiadas à APS como também, através das Estações de Testes e Central de Inseminação Artificial de Francisco Beltrão - administrada pela associação.

A finalidade principal desse programa é dotar de material genético superior as Granjas Terminadoras, com o objetivo de elevar a renda por animal abatido, via diminuição da idade de abate, conversão alimentar e aumento do rendimento e da qualidade das carcaças.

Ainda são objetivos da associação, nas Granjas Produtoras: realização de testes de granja - de reprodutores e de progênie, a aquisição de equipamentos para testes, melhoria de inspeção zootécnica e a introdução de linhagens melhoradas através da importação de sêmen; nas Granjas Terminadoras: introdução de melhores reprodutores e a disseminação da prática da inseminação artificial; na própria APS: a computarização do Registro Genealógico para a realização de análises, estudos e fornecimento de relatórios sobre o desempenho dos animais aos criadores, a publicação de boletins informativos, realizações de cursos - palestras e visitas aos jurados - inspetores e produtores, ampliação do quadro social, estruturação para ser criado em definitivo o canal de comercializações administrativas de estações de teste e avalia-

ções em Francisco Beltrão e Toledo.

Para alcançar todas estas metas, indiscutivelmente, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES necessita de recursos financeiros, os quais serão aplicados nas áreas de processamento e de implantações e reformas das Estações de Testes e Central de Inseminação.

Pelo exposto, concentramos esforços apoiando a reivindicação da APS, pois em muito contribuirá para o desenvolvimento no setor da suinocultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores ÁLVARO DIAS - Digníssimo Governador do Estado do Paraná e HEINZ GEORG HERWIG - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga Oroitê à estrada de ligação entre Iporã a Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 17.05.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A região de Oroitê grande expoente da produção agrícola, onde podemos destacar o café, algodão, feijão, milho como seus principais produtos, originados de pequenas propriedades rurais, mas de alto índice de produtividade, sendo responsável por significativa parcela do desenvolvimento econômico da região Noroeste, vem sendo precariamente atendida pela estrada cuja pavimentação asfáltica que ora solicitamos, prejudicando sobremaneira as atividades econômicas desta região, pois em momento de incidência maior de chuvas, torna-se intransitável em vista de sua característica de solo, propício à formação de processo de erosão, além de proporcionar um alto custo de manutenção pela patrulha mecanizada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, envio de expediente às suas Excelências os Senhores Álvaro Dias - Digníssimo Governador do Estado do Paraná e Heinz Georg Herwig - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga Vila Nilza à estrada de ligação entre Iporã e Altônia.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A região atendida pela estrada da qual

ora solicitamos a pavimentação asfáltica, é composta fundamentalmente por pequenas propriedades agrícolas, com alto índice de produtividade e de grande significância na economia da região, porém as dificuldades oriundas da precariedade desta estrada vem causando grandes dificuldades, bem como significativos prejuízos às atividades econômicas da região, além de se tornar extremamente onerosa a sua manutenção pela patrulha mecanizada, em virtude da composição do solo ser propensa à formação de processos erosivos, e qualquer incidência mais intensa de chuvas na região, provoca inclusive a interrupção do tráfego.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, estudem a inclusão do Município de São Jorge do Patrocínio no Programa de Pavimentação Asfáltica Rural lançado recentemente pelo Governo, promovendo o asfaltamento das estradas vicinais que interliga a cidade ao Bairro Gurucaia e a mesma sede ao Bairro de Serra das Flores, este trecho numa distância de 10 quilômetros e aquele de 8 quilômetros, por se tratarem ambos de importantes vias de acesso aos locais denominados e envolver várias pequenas propriedades produtoras, que utilizam esse meio para escoamento de safras.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Hauly, DD. Secretário de Estado da Fazenda, no sentido de que possa viabilizar a instalação de uma agência bancária do Banco do Estado do Paraná, na cidade de Paranapoema.

A municipalidade não apenas tem procurado conhecer as reivindicações da comunidade, como é o caso da presente solicitação, mas procurado solucioná-las, na medida do possível, tanto é que visando facilitar o empreendimento a Prefeitura dispõe a colaborar com o BANESTADO da seguinte forma:

- Fornecer local para a instalação do Banco (antigo prédio do Bradesco);
- Vigia para a guarda do Posto;
- Fornecimento de água, luz e
- Telefone.

Dentro deste contexto, a reivindicação ora formulada, uma vez atendida, permitirá eliminar uma série de transtornos no setor, que necessariamente é dirigido para os Municípios vizinhos.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA que este subscreve, ouvida a Assembléia, REQUER o envio de expediente ao Senhor Prefeito de Piraquara, ALCEU ZIELONKA, no sentido de recomendar a execução de uma praça, no Conjunto Residencial Atuba, no local onde Sua Excelência, com apoio do IBDF, determinou a derrubada de vários cedros, deixando o local árido e não urbanizado.

A idéia é sugerir, aos poderes do Município de Piraquara o respeito à identidade do Município como área de interesse ecológico e espaço voltado à boa qualidade de vida dos cidadãos.

Sala das Sessões em 18.05.87.

(a) RAFAEL GRECA.

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Alceu Zielonka com a construção desta praça, ou área de lazer, poderá atender contribuintes de 396 domicílios, e reparar o dano ambiental da derrubada dos cedros.

A solicitação é da comunidade local, inclusive de um grupo de jovens voltados à ecologia - de saudável incentivo - no Município de Piraquara, chamado SEMENTES DA ESPERANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando medidas de urgência para o asfaltamento do acesso à cidade de Imbituva até a Sede do Jockey Club, passando pelo Armazém da Co-operativa Agrícola de Irati Ltda., conforme o programa de execução previsto para este ano.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) VERA AGIBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando a alocação de uma viatura junto à Delegacia de Polícia do Município de ORTIGUEIRA.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

São inúmeras as reclamações que temos recebido nos últimos dias, quanto a situação em que se encontra a Delegacia do Município de ORTIGUEIRA. A principal delas se refere à ausência de uma viatura para que os policiais possam melhor desempenhar os trabalhos que são reclamados pela comunidade.

Uma viatura é, neste momento, uma necessidade inadiável, visto que os policiais têm feito o trabalho praticamente a pé, ou quando não, solicitando auxílio para os da comunidade que os procuram.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário da Segurança Pública, e junto ao Comando da Polícia Militar, o imediato pagamento das DIÁRIAS que se encontram em atraso.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado, bem como seus auxiliares, tem recebido constantes reclamações de soldados e sargentos da Polícia Militar, bem como de familiares de militares, dizendo que as diárias normalmente pagas aos militares em serviço encontram-se com dois meses de atraso.

Em assim sendo, solicitamos as providências no sentido de que seja reparada essa falha, uma vez que o policial, para o seu melhor desempenho, necessita deixar sua família bem amparada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Secretário da Educação, dando conta da situação lamentável em que se encontra a Escola Estadual Tenente Sprengel, na Vila Tebas, Piraquara, após o vendaval do último dia 12, o qual danificou quase que por inteiro as instalações do estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado esteve pessoalmente no local, tomando conhecimento do estado lamentável em que ficaram as instalações da Escola Estadual Tenente Sprengel, na Vila Tebas. A própria imprensa, através de Rádios, Jornais e Televisão, documentaram os estragos provocados pelo vendaval que atingiu em maior violência àquela região.

A comunidade apelou junto a esse parlamentar no sentido de que os reparos fossem feitos o mais rápido possível, uma vez que os alunos estão sem aulas, e não se tem, ainda, uma previsão do retorno às mesmas, já que nenhum trabalho de recuperação ainda foi feito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido da instalação de um Distrito Policial, no bairro do Alto Boqueirão, nesta Capital.

Além da densidade populacional do progressista bairro, vem ele apresentando um considerável aumento de criminalidade, fatores que estão a exigir a eficiência do trabalho policial naquela região.

Dotar com um Distrito Policial aquela região vem ao encontro da preocupação de seus moradores em propiciar um efetivo trabalho policial, para assegurar maior proteção e tranqüilidade à comunidade.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEINZ GEORG HERWIG, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes para a colocação de dissipadores de velocidade (quebra-molas), nas localidades de Esquina Gaúcha, Município de Pérola D'Oeste e Flor da Serra, Município de Realeza, dando-se ciência deste requerimento aos Prefeitos Municipais e às Câmaras de Veradores dos referidos Municípios.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora se apresenta visa atender diversas solicitações da população das referidas localidades, eis que Esquina Gaúcha é cortada pela PR-583 e Flor da Serra pela PR-182, gerando sérios riscos às pessoas que por ali transitam, principalmente às crianças em idade escolar, porque os motoristas que por ali trafegam com seus veículos o fazem em alta velocidade, sem mínimo cuidado com seus semelhantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de uma ESCOLA AGRÍCOLA de 2.º grau no Município de IVAIPORÃ - PR.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaiporã se constitui, hoje, no principal pólo de desenvolvimento da Região do Vale do Ivaí.

O Vale do Ivaí, como um todo, tem a sua pujança principalmente embasado no incremento da produção do setor primário. É da agricultura e da agropecuária que o Vale retira as suas principais riquezas, e dele se originam todas as atividades produtivas dos demais setores da economia.

Em sendo, portanto, a economia da região, bastante dependente do próprio sucesso ou insucesso originado das explorações agropecuárias, mister se faz que os poderes públicos saibam destas particularidades, e, de posse deste conhecimento, promovam atos administrativos que tenham, como destinação maior, lançar bases sólidas para que o suporte técnico à boa eficiência das atividades agropastoris se processem com rapidez e eficiência.

Entende-se que uma boa formação profissional é imprescindível àqueles que, num futuro muito próximo, terão sobre seus ombros a responsabilidade de conduzir e administrar as propriedades rurais localizadas no Vale do Ivaí.

Levando-se em consideração a inexistência de uma Escola Agrícola na referida Região, para desenvolver a formação profissional dos jovens estudantes originários do meio rural, é inadiável que o Senhor Secretário de Estado da Educação baixe Ato Administrativo - em consonância com a política estabelecida pelo Governo Álvaro Dias - determinando seja implantado em Ivaiporã uma Escola Agrícola de 2.º grau.

Além dos benefícios mais imediatos que se poderá colher, levando-se em conta que as pessoas tecnicamente melhor preparadas estarão promovendo aumentos de produção e produtividade na agropecuária regional, convém lembrar ainda, que hoje, o contingente de jovens que se deslocam do interior do Estado em direção à Capital, é muito grande. Eles para Curitiba se dirigem, na esperança, nem sempre bem sucedida, de encontrar empregos e melhores condições de vida.

Todos sabemos que a preparação de mão-de-obra especializada no próprio local de origem, se constitui na principal forma de se atender as expectativas e exigências regionais e isto por certo contribuirá para diminuir o tão grave e indesejável problema do "Êxodo Rural".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido de determinar medidas de proteção às bancas de jornais e revistas, principalmente para aquelas situadas no centro desta cidade, uma vez que ultimamente vêm sendo alvo de arrombamentos e depredações.

As bancas de jornais e revistas não possuem proteção adequada, uma vez que suas construções seguem modelo imposto pela Prefeitura Municipal e, por isso, necessitam de proteção e vigilância policial.

Sala das Sessões em 18.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Câmara Municipal de Maringá, na pessoa do seu Presidente, Vereador Tércio Hilário de Oliveira, em razão de ofício recebido manifestando congratulações pela gestão para a elaboração de emenda do projeto de lei que restabeleceu a autonomia financeira às Universidades paranaenses.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, DR. DELCINO TAVARES DA SILVA, encarecendo aumento de cota de medicamento para o Posto de Saúde localizado no município de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A população de Santa Amélia, principalmente a mais carente, ante a falta de maior cota de medicamentos, está sem poder ser assistida.

Não pode um problema de tamanho reflexo junto ao povo trabalhador de Santa Amélia continuar a existir por muito tempo. Deste modo, urge a adoção de medidas que venham ao encontro da superação de tais dificuldades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná - Evaldo Podolan, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, no sentido de providenciar melhorias no telhado do Colégio Estadual Carlirio Gomes dos Santos, localizado no município de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma construção edificada há alguns anos passados, e as instalações do Colégio Estadual Carlirio Gomes dos Santos apresentam suas deficiências. No que se refere à forração, o Colégio encontra-se em péssimo estado, alagando as salas em dias chuvosos com prejuízo do ritmo normal das aulas.

Pede-se à Fundação, em conjunto com essa Pasta, a adoção de medidas o mais breve possível, resolvendo definitivamente a referida situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, HEINZ GEORG HERWIG, solicitando, se digne autorizar o 11.º Distrito Rodoviário - DER, sediado em São Mateus do Sul, a manter a conservação das estradas intermunicipais que ligam os Municípios de São Mateus do Sul e Rio Azul, num trecho de 55 Km e da BR-476 - Pottinga, até o Município de Paula Pereira (divisa com o Estado de Santa Catarina), trecho com 9 Km, bem como efetuar estudos sobre a inclusão dos referidos trechos no Programa de Pavimentação Rural, lançado recentemente pelo Governo.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal de São Mateus do Sul e ao Senhor Vereador Dr. Argos Fayad, na Câmara Municipal do mesmo Município.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

As estradas em questão atravessam importantes regiões agrícolas, e os Municípios de São Mateus do Sul e Rio Azul não possuem condições de manter uma razoável conservação, comprometendo seriamente o escoamento de safras, necessitando, portanto, de apoio a nível estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de esclarecer o seguinte:

1. Quantas casas o DER possui em Curitiba?
2. Quais os critérios para a cessão dessas Casas?
3. Quais as taxas pagas pelos ocupantes dos imóveis?
4. Se as taxas de manutenção e reparos dos imóveis são pagos pelos moradores ou pelo DER?

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transcrição nos Anais desta Casa, da publicação da reportagem; "ANTÔNIO MENDES é o homem privilegiado: tem 100 anos e é feliz", publicada na 8ª página do "Correio de Notícias", no último dias 14 de maio, e cujo tema mereceu "chamada" na primeira página sob o título "Os 100 anos de um homem feliz."

O texto da reportagem, exaltando hábitos comedidos de vida, dispensa justificativa.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Casa os artigos intitulados: "Rui Barbosa tinha razão?" e "Compulsório sobre viagens e arbitrariedades na poupança", publicados na "Coluna na Justiça" desta data, dando-se ciência à Direção do conceituado jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

No início do corrente mês denunciávamos a maneira irregular com que os portadores de cadernetas de poupança estavam sendo tratados, com a imposição de efetuar seus depósitos no dia anterior a feriados, sábados e/ou domingos, ou serem obrigados a abrir nova caderneta no dia imediatamente posterior àquelas datas.

Os artigos publicados na coluna "Gazeta na Justiça", retratam o Brasil de hoje e merecem especial destaque.

Esperamos que sejam realmente tomadas as providências necessárias para a remoção

do entulho autoritário e ilegal que assola o país, tanto na forma de Decretos como de Resoluções, Portarias e Circulares incentivando a corrupção e o despotismo.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 068/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a renegociar os débitos contraídos por agricultores para com o Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo Único - Os débitos referem-se a financiamentos obtidos no ano de 1986 e com vencimento no ano de 1987.

Art. 2.º - A renegociação deve compreender um prazo de carência de 03 (três) anos, o parcelamento em 12 prestações mensais e iguais, com juros de 6% a.a. e correção monetária plena.

Art. 3.º - Em função dessa Lei, ficam suspensas todas as ações de cobrança judicial dos referidos débitos.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do Cruzado, a elevação do consumo e os juros baixos, o agricultor sentiu-se motivado para plantar, aumentar a produção. O resultado é a safra recorde que estamos colhendo.

Contudo, os tempos são outros. Já não há mais o sonho da inflação zero, os juros subiram e os preços agrícolas caíram. As dívidas e a penhora de bens são, hoje, o cotidiano do homem do campo.

A medida que estamos propondo visa uma ação concreta que permita uma solução para os problemas vividos por nossos agricultores.

Estamos confiantes em contar com o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não há expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A agricultura paranaense, braço forte da produção agrícola nacional, vive hoje dias de agonia, desilusão e incertezas. Com o advento do Plano Cruzado I, a elevação do consumo e os juros baixos, o agricultor sentiu-se motivado a plantar, aumentar a sua produção, investir na compra de equipamentos agrícolas, na correção do

solo, etc.

E como consequência dessa decisão acertada, onde pela primeira vez nos últimos anos o nosso agricultor sentiu-se confiante no futuro, no futuro deste País. Pela primeira vez em muitos anos a agricultura brasileira festejou o advento de novos dias de otimismo e satisfação. E o povo brasileiro assistiu, como resultado desta euforia, a safra recorde na agricultura brasileira.

Mas, a alegria dos agricultores durou pouco. Com o fracasso do Plano Cruzado, os juros subiram de forma assustadora, os bancos passaram a confiscar terras de agricultores, penhorar propriedades, tratores, implementos agrícolas, etc.

Já não existe mais o sonho da inflação zero e os preços dos produtos agrícolas caíram. As dívidas e a penhora de seus bens são hoje o cotidiano do homem do campo.

Senhores Deputados, não podemos admitir que o nosso agricultor continue sendo sacrificado indefinidamente em consequência de erros na economia nacional. Não foram os agricultores que cometeram esses erros na economia. Por isso, os agricultores não podem e não devem arcar com as consequências desses erros.

A agricultura brasileira sempre foi penalizada, sempre foi sacrificada na relação de mercado. E nós sabemos da sua importância para o nosso País e para o nosso povo. E em nome dessa preocupação em resgatar os direitos e o respeito que o agricultor faz por merecer, é que apresentei neste plenário, na data de hoje, um Projeto de Lei concedendo um prazo de carência de 3 três anos para os agricultores em débito com o Banco do Estado do Paraná, e através do banco oficial do nosso Estado recomendamos ao Excelentíssimo Governador Álvaro Dias que gestione junto aos demais bancos no sentido de conceder igual prazo de carência, porque isso será em benefício da nossa agricultura, em benefício do povo e do nosso Brasil.

Não podemos aceitar que os agricultores sejam tratados como marginais, tendo seus bens penhorados e levado a leilão. Os agricultores, Senhores Deputados, são homens honestos e honrados que produzem as riquezas desta terra. Os banqueiros, por outro lado, trabalham com papéis, produzindo papéis, e esses papéis não podem servir para humilhar aqueles que produzem as riquezas reais, aqueles que produzem riquezas com o suor de seus rostos, com o trabalho incansável, digno e honesto.

A história e o futuro do País são feitos com subterfúgios. A história e o futuro do País são feitos com o reconhecimento e o respeito àqueles que realmente trabalham e produzem. Nós não teremos nenhuma

expectativa de um futuro melhor se continuarmos permitindo essa relação de mercado injusta, onde o agricultor é penalizado.

Para construir um Brasil gigante, Senhores Deputados, temos que prestigiar principalmente aqueles que trabalham na terra. Este é o ponto nevralgico desta Nação. É questão de soberania nacional, porque é a garantia de tranqüilidade e paz social.

Por isso eu peço dos nobres pares desta Casa de Leis o esforço para amenizar o sofrimento dos agricultores paranaenses.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo esta tribuna para fazer algumas observações a respeito da área de segurança. É evidente que, no que diz respeito a alguns recursos alinhados para a nossa área, tão carente e tão preocupante, uma vez que a sociedade vive a reclamar recursos, o governo vive a racionalizar seus esforços no sentido da administração, no sentido de tentar carrear alguma coisa nesse sentido.

Alguma coisa já foi noticiada pela imprensa local, mas eu forneço, com detalhes, que o Governo Federal, através do Programa FAZ, repassou ao Governo do Estado o valor de 400 mil, 754,86 OTN's. Isso traduzido em cruzados representa Cz\$ 103 milhões. Esses recursos serão carreados para a área de segurança e em especial para nossa Curitiba, a fim de que possa o governo, naturalmente, atender de forma emergencial o que nos preocupa em termos de segurança.

Observem os Senhores o sistema modular de policiamento, serviço de bombeiros, policiamento de trânsito e uma série de ações desenvolvidas ainda na área da polícia judiciária. Esse esforço deva-se ao trabalho do nosso Governador, no sentido de sensibilizar o programa Mutirão Contra a Violência. E, num esforço conjugado junto ao governo, conseguiu ele, repito, sensibilizar Sua Excelência o Presidente para esse repasse de verba, já que as coisas não andam tão fáceis. E eu aproveito então essa oportunidade para parabenizá-lo e cumprimentá-lo, em vista do que ele vem desenvolvendo e oferecendo para toda nossa grande comunidade.

Continuo a dizer em que pese alguns incidentes, que a nossa segurança, graças ao bom Deus, está a níveis suportáveis.

Um outro fato que me traz até a essa tribuna é para parabenizar Sua Excelência, o nosso Secretário de Desportos, Edson Gradia, pela forma maravilhosa com que vem promovendo os Jogos Abertos Escolares, dando a todo o Paraná e em especial Curitiba, um acontecimento maravilhoso. Reunindo toda a comunidade estudantil, nosso Secretário, se houve com um sucesso extraordinário, a ponto de fazer sentir entre a comunidade estudantil a importância das olimpíadas a nível estadual, do significado que elas representam.

Vive-se ali momentos maravilhosos, momentos de grande reflexão quando aquela juventude é de expectativa para a consciência nacional e do significado que o esporte representa.

Contente, satisfeito, parabenizei e prometi ao companheiro que aqui, dessa tribuna, faria uma saudação em cumprimento ao trabalho dele, dizendo a este querido companheiro que tenha a perene esperança que a meta alcançada o inspire o suficiente para que ele possa repetir mais vezes esse trabalho, que ele vem desenvolvendo. Em poucos dias de trabalho à frente daquela comunidade, o Secretário Gradia vem se conduzindo de uma forma extraordinária, despertando, motivando nossa querida comunidade estudantil pela seriedade e pela grande motivação que representa o desporto neste momento tão importante na nossa vida nacional.

Parabéns portanto, Secretário Edson Gradia. Peço a nossa Douta Mesa que faça constar esse nosso pronunciamento esse voto de louvor aqui expresso a esse companheiro, parabenizando-o pelo trabalho que ele vem desenvolvendo à frente de sua pasta.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa nacional noticiou no último fim de semana um piquenique milionário feito às custas do erário público nacional. O Presidente José Sarney, acompanhado da família, de Ministros e de amigos, usando aviões da Presidência da República, resolveu fazer um piquenique na fazenda particular do Governador Newton Cardoso. Quando se esperava que o Senhor Presidente fosse a Minas para tratar da situação crítica que vive o Brasil, situação de desespero, com o país afundado, mergulhado na pior crise econômica de sua história, o Presidente José Sarney aproveitou o pas-

seio para negociar, com o Governador de Minas, a duração de seu mandato à frente do governo brasileiro.

Diante do ocorrido, no fim de semana em Minas, Senhor Presidente, na condição de Líder da bancada do PDT, cabe-nos uma sugestão ao Chefe da Nação, para que peça licença do cargo para fazer a sua campanha. Porque o que estamos presenciando é o Presidente sem tempo, ou sem vontade, ou sem disposição de discutir e dialogar com o povo a situação do País. E um assessor do presidente confessou que José Sarney não está mais saindo do Palácio para enfrentar multidões por este País com receio de vaias. Mas se o povo tem vaiado o Presidente da República, é consequência do desgoverno que José Sarney tem feito para cento e trinta milhões de brasileiros.

Senhor Presidente, é de se indagar, será que daqui para a frente o Presidente Sarney ao invés de governar vai andar pelo Brasil em busca de apoio para o seu mandato, deixando o Governo jogado à sorte? Será que vai o Chefe de Governo, num mau exemplo para seus auxiliares, usar os aviões, helicópteros, toda a estrutura do Governo, para fazer a sua campanha pessoal? Isto é imoralidade. É o uso indevido do dinheiro público. E neste momento, mais do que nunca, usamos a tribuna para pregar, como solução para este País tão adoentado, tão enfermo, o remédio das eleições diretas, com direito se for o caso até, do próprio Presidente José Sarney disputar a reeleição, mas sem usar indevidamente, - como vem fazendo -, a estrutura da Presidência da República. Está cometendo, o Chefe da Nação, um crime: o que vem até certa forma estarrecer ainda mais a Nação brasileira, já tão desgostosa, tão triste, tão aborrecida com o que está acontecendo em nosso Brasil. Até hoje, pelo que os anais da história contam, o Brasil nunca tinha sido vítima de um Governo tão incompetente como este que está lá no Palácio do Planalto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inegavelmente o setor econômico da vida nacional tem desajustado todas as categorias de trabalhadores tanto privados quanto públicos, em virtude da alta taxa de inflação que vive a nação e das dificuldades de acompanhamento do salário devido.

No entanto, uma categoria de trabalha-

dores da área agrícola tem sofrido violentamente com os acréscimos gerados pela correção monetária nas dívidas com os bancos, especialmente nas dívidas oriundas do crédito livre de mercado, onde a correção monetária tem feito com que pequenas dívidas sejam alteradas, violentamente, tornando impossível, com o recurso da safra, a quitação destes financiamentos complementares ao custeio.

Quero aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, louvar medida de extraordinário alcance social do Sr. Governador Álvaro Dias, que demonstrando para que veio, na condição de um partido comprometido com o trabalho e com a justiça social, neste instante, está anunciando no Palácio Iguaçu, que o Banco do Estado do Paraná vai absorver a correção monetária das dívidas de pequenos agricultores, dos créditos suplementares, portanto, créditos de livre mercado, até o dia 30 do mês de junho do corrente ano.

Vale dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que 300 milhões de cruzados serão absorvidos pelo Banco do Estado do Paraná, contemplando mais de 3.000 pequenos proprietários que tinham dívidas com o Banco do Estado, através de crédito suplementar para o custeio de suas lavouras.

Acho eu, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que as atitudes a serem tomadas pelos governos, são exatamente atitudes como as que o Governador Álvaro Dias tem tomado. As críticas infundadas, que muitas vezes são descarregadas contra o governo peemedebista, não passam pura e simplesmente, da retórica daqueles que pretendem o anteparo dos outros para as suas projeções políticas!

Na verdade, o que necessitamos neste País, dos governantes, são medidas concretas, práticas e imediatas, no socorro daqueles que estão necessitando das medidas governamentais. Espero que a atitude do Governador Álvaro Dias sirva de exemplo às demais instituições bancárias do País, para que se chegue à conclusão de que o pequeno proprietário, que tem dívidas até Cz\$ 200 mil cruzados, não colheram o suficiente para pagar o montante do dinheiro emprestado do Banco.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, é com grata satisfação que podemos falar, nesta Casa, no dia de hoje, da alegria da Bancada do PMDB que em diversas reuniões com o Governador, tem trazido de todos os recantos do Paraná, o sacrifício, a insatisfação e o estágio pré-falimentar do pequeno proprietário e da pequena propriedade. Em resposta, o Governador Álvaro Dias, atendendo os anseios dos paranaenses e da sua Bancada, está, neste instante, tornando público, no Palácio Iguaçu, que haverá absorção por parte do Banco oficial

das dívidas dos pequenos agricultores com o Banco do Estado do Paraná, dívidas estas já levantadas, catalogadas e que atingem a importância de Cz\$ 300 milhões de cruzados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Rafael Greca no Grande Expediente.

(Ausente)

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio, por trinta minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Para ocupar este espaço de trinta minutos que nos permite o Regimento Interno da Casa, pesquisamos vários assuntos, que nos pareciam do interesse do Estado, e que poderiam ser explorados, dentro da nossa atuação legislativa, mas acabamos por deixá-los de lado, aguardando evidentemente algumas informações que chegarão às nossas mãos nos próximos dias. Optamos pela necessidade de que aqui se fazer uma rápida análise, alguns comentários e se possível a colocação da nossa posição diante deste intrincado e indefinido quadro sócio-econômico que ameaça levar o país a uma verdadeira situação de calamidade pública, se é que já não estamos vivendo esta situação.

Vejam os Senhores Deputados que as previsões dos entendimentos são as mais pessimistas possíveis. Os economistas que ainda merecem crédito fazem previsões quase catastróficas, se medidas urgentes não forem tomadas para conter a inflação. Temos os economistas uma hiper-inflação a partir do nível de 1.000% ao ano. O ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, afirma que nas condições atuais a inflação poderá saltar facilmente de 20% ao mês, para 50% ao mês.

Só em pensar nessa possibilidade, Srs. Deputados, cria-se um clima de desespero e de insegurança na população. E é realmente o que está acontecendo. Porque o Brasil nunca enfrentou crise igual, a tal ponto que o povo começa a acordar do sono profundo; começa a sair do berço esplêndido, e a reagir.

O comportamento do brasileiro está ameaçado a mudar e nem poderia ser diferente, massacrado por uma inflação violenta e esmagadora, aviltando por salários que minguem dia a dia diante da alta incontrollável dos preços. Há produtos que subiram, em poucos dias, mais de 1.000%. O nosso povo está mudando, oprimido por impostos e taxas de serviços públicos que se agigantam assustadoramente, assombrado por

uma dívida impagável que foi contraída sem sua autorização, mas que é reflexo da má administração dos que governam.

E o pior a população está estarrecida por ver que os gastos públicos continuam no ritmo de sempre. O povo começa a mudar. Aos poucos vai acordando e enxergando os desmandos, o mau gerenciamento da coisa pública, e começa a exigir a contrapartida do sacrifício que lhe exige.

O povo quer e exige que os donos do poder mudem também o seu comportamento. O povo não aceita mais ser sacrificado para permitir a realização de sonhos faraônicos de governantes irresponsáveis.

O grande escândalo que abala o país, com a construção da Ferrovia Norte-Sul, é a prova de que o povo começa a mudar. A imprensa do país mostra que o povo não aceita a construção dessa ferrovia. A denúncia de um jornalista corajoso, do jornalista Jânio de Freitas, com relação a concorrência para a construção da Ferrovia Norte-Sul, ligando nada a coisa alguma, caiu com um jato de água gelada em cima de um povo castigado pela violência de um repentino e rigoroso inverno chegado após o forte verão do Plano Cruzado.

E o povo pulou dizendo "não" à corrupção administrativa; dizendo "não" à vontade prepotente do nosso governador maior.

Vemos que o fato ou o comprometimento dessa licitação exponha todo um processo que sempre se soube viciado, aliás todos os processos de licitação em todos os níveis do governo via de regra sempre foram viciados e ninguém dava a mínima. Todos sabiam como esses processos era ditados, como as regras do jogo eram feitas. Mas fazer o que, Srs. Deputados?

Ninguém se atrevia a defender a coisa pública e lamentavelmente os que podiam, queriam era tirar o seu pedacinho, queriam era tirar o seu proveito e os outros que se lascassem. Mas, tudo tem um limite. O escandaloso projeto da ferrovia do "coco verde" - nome bem dado porque o único produto daquela região é o coco verde - o escandaloso projeto desta ferrovia, dizíamos, aliás, nem projeto existe, o que aumenta o escândalo, foi a gota d'água para o limite de paciência e passividade do povo. Este povo sofrido, que não acredita mais em ninguém, perdeu a confiança no Governo e tirou o crédito dos políticos.

E por que é que isto aconteceu?

Porque vive-se hoje, como já dissemos, num verdadeiro estado de calamidade pública, onde o governo não respeita e não é mais respeitado; onde a pobreza é uma realidade que ninguém mais questiona; onde a economia é o reflexo da incompetência administrativa do Governo! Mais, onde a sem-vergonhice foi institucionalizada, e onde o desespero e a insegurança tomam conta de

todos, por que ninguém sabe o que acontecerá amanhã; ninguém sabe os rumos que o País poderá tomar, porque o barco está sem comando!

E que podemos esperar deste quadro, Senhores Deputados? O desgaste político do atual governo atinge a índices jamais imaginados! A falta de credibilidade é total, a tal ponto que o próprio Partido do Governo do PMDB, se articula e levanta as bandeiras da Oposição, gritando " DIRETAS JÁ! "

Aliás, para nós, este é um dos grandes fatores da atual conjuntura sócio-econômica do Brasil. O PMDB não conseguiu assumir o seu papel de Partido do Governo.

O PMDB no Governo parece ainda Partido de Oposição. E, a bem da verdade, diga-se que também os Partidos de Oposição não conseguiram assumir seus papéis. Veja-se o exemplo nesta Casa, onde cenas tristes são constantemente presenciadas na luta interna do Partido do Governo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a coisa vai mal! E não apenas em âmbito nacional. Também no Estado e no Município, e precisamos parar para repensar, Senhores Deputados. A crise maior, ao nosso ver, passa a ser a crise administrativa. O Governo está surdo. Não ouve aqueles que, neste momento, precisam ser ouvidos. Os empresários falam, mas o Governo não quer ouvi-los. Este é o País das reuniões e das comissões. Documentos, aos milhares, são extraídos e encaminhados às autoridades governamentais.

E o que é que acontece?

Via de regra, sugestões, alertas, denúncias, seguem sempre o mesmo caminho: o da "cesta secção". Vão é para o lixo mesmo.

É hora de pararmos e repensarmos! Afinal, todos nós somos peças da máquina. Somos necessários ao seu desempenho. É hora daqueles que pensam e gritam contra o fato de que os princípios do DESPOTISMO é que prevalecem, e que a maioria vence e a minoria se convence.

É hora de parar, Senhores Deputados.

É hora daqueles que editam artigos, como o 37 desta Casa, para massacrar a minoria e violentar seus legítimos direitos, tenham consciência de que o povo está cansado de atos desta espécie, porque, se assim não fosse, não estaríamos no caos social e econômico em que estamos. Por que usurpar o direito das minorias tem sido a prática neste País.

Senhores Deputados, é hora de pararmos e de repensarmos se não quisermos afundar junto com esse barco, do qual afinal também somos tripulantes. O papel do legislador é dos mais importantes, precisamos nos conscientizar desta verdade. E vejam como é importante: para muitos a Reforma Admi-

nistrativa já é coisa superada, afinal foi aprovada por esta Casa, e não vamos aqui lembrar a forma como foi aprovada, mas já deve estar sendo inclusive encaminhada à sanção governamental. Se alguns pensam assim estão muito enganados, porque agora é que os efeitos concretos desta reforma vão começar a surgir.

Permito aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Eu agradeço a Vossa Excelência, pelo aparte, e diria, ilustre Deputado que em face às acusações que Vossa Excelência, faz ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, é importante que nós voltemos atrás e analisemos também o partido a que Vossa Excelência pertence, o Partido Democrático Trabalhista. Vossa Excelência critica a administração do PMDB. Entretanto, eu gostaria que Vossa Excelência fizesse uma ressalva, pois nós não podemos comparar a administração a nível estadual, nós não podemos misturá-los, porque Vossa Excelência há de convir que a administração do Governador Álvaro Dias está sendo uma administração de exemplo para o País, não só no nosso Estado, mas a nível de País. Uma administração que vem ao encontro das aspirações da sociedade paranaense; uma administração séria; uma administração que vem procurando todos os dias atravessar as barreiras do poder econômico e superar as dificuldades enfrentadas pelo País, Estado e Municípios.

Quando Vossa Excelência diz que o PMDB está perdido a nível de Brasília, eu até não discordo em certas partes de Vossa Excelência. Concorde em parte, com Vossa Excelência porque acho que na verdade o programa do PMDB nacional não foi ainda ao encontro das aspirações populares brasileiras. Acho que aquilo que foi pregado quando das eleições diretas, aquilo que assumimos como compromisso com a Nação, nós entendemos que falta ainda muita coisa a ser cumprida neste País.

Posto isso, nós passaríamos a analisar a administração do PDT no Rio de Janeiro, uma administração que levou este Estado à falência, praticamente. Um banco que está com intervenção. Uma administração em que os responsáveis associados à administração de Sua Excelência, o ex-governador Leonel Brizola, fugiram e levaram até as chaves das portas e das escrivaninhas.

Infelizmente, meu ilustre Deputado, do PMDB, ainda não existiu esse tipo de coisa e espero que não existirá. Então, Vossa Excelência tem que analisar primeiro a administração do seu partido para fazer um julgamento quanto ao PMDB.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência faz reparos à administração do PDT a nível de Rio de Janeiro. Vossa Excelência também esquece que a nível de Governo do Estado, no Governo José Richa, aconteceram os maiores escândalos a nível de Estado do Paraná, e por sinal até hoje não se explicaram ainda os escândalos do Banco Del Paraná. Não se explicaram ainda as fugas do Gerente do Banco de Foz do Iguaçu, que desapareceu num aviãozinho particular, levando milhares de dólares de trabalhadores, empresários, da cidade de Foz do Iguaçu. Não se esclareceram até hoje, as reais circunstâncias que levaram o Governo a demitir três diretores do Banco do Estado do Paraná. Neste sentido, dentro desta administração que se diz transparente, no PMDB, Vossas Excelências votaram contrariamente, aqui nesta Casa, a dois requerimentos deste Deputado, que queria, que desejava, trazer à esta Casa, o Secretário de Finanças, para esclarecer a situação do Banco do Estado do Paraná.

Mas, dizia eu, Senhores, que o episódio do Reforma Administrativa, ainda não se encerrou, muito pelo contrário, ele começa agora.

E para que os Anais registrem, queremos aqui deixar algumas indagações a quem elaborou projeto, fazendo uma pergunta: quem foi que elaborou o Projeto da Reforma Administrativa do Executivo Estadual? Qual a competência comprovada daqueles que a elaboraram? O Governo Álvaro Dias, foi informado de todas as possíveis implicações da implantação desta Reforma? O Governador procurou saber se os técnicos que elaboraram o Projeto tinham capacidade administrativa? Tinham experiência como administradores bem sucedidos?

Vossas Excelências poderão até estranhar tal procedimento. Poderão até estranhar este meu questionamento também, mas, ele é justificado, ainda mais, em face da atual crise econômica que está mostrando que nesta Terra de Santa Cruz, os bons exemplos são sempre desprezados.

Ora, existe muita gente que na área da iniciativa privada, provou ser capaz de conduzir um empreendimento econômico com sucesso, mesmo dentro da adversidade. São empresários que provaram a sua capacidade, mas, quando o governo precisa de gerentes para a coisa pública, o que vemos é desolador. O Governo vai buscar exatamente aqueles que fracassaram, aqueles que não apresentaram nada que possa ser aproveitado. Aqueles que de experiências só tem a RAPOSICE POLÍTICA. Os cargos da área econômica, via de regra, são ocupados por pessoas que não demonstraram condições de direcionar, de gerenciar a economia do País.

O resultado todos sabem; estamos sentindo-o inclusive, na pele. Mas Senhores Deputados, temos que esta prática também tenha sido aplicada aqui no Paraná pelo nosso jovem e brilhante governador Álvaro Dias. Na semana que passou, episódios isolados aconteceram; já me referi ao episódio da polícia militar, a troca de comando da polícia militar, mas me reportarei neste momento a outro episódio. E vejam bem, lembram-se Vossas Excelências que aqui tentamos alertar para o perigo do fortalecimento e da centralização do poder nas mãos da governadoria.

Pois bem, para esse fortalecimento, várias Secretarias de estado, foram esvaziadas. O órgão X, Y, X, que era da Secretaria Y, saiu dessa e passou para a secretaria Z. Isso no papel pode parecer simples e sem conseqüências, mas, na prática as coisas são diferentes. Um exemplo, apenas: na semana passada, fomos procurados pelas irmãs do asilo São Vicente de Paula; estavam desesperadas e só vieram nos procurar após inúmeras tentativas feitas junto a alguns Secretários e junto ao Gabinete do próprio Governador, onde não conseguiram entrar, é evidente.

Mas, para aqueles que não conhecem o Asilo São Vicente de Paula, devo esclarecer que é uma entidade religiosa, que, como tantas outras, preenche lacunas do Estado. Abriga, nada mais, nada menos do que trezentos e cinquenta, quatrocentas velhinhas idosas abandonadas, desamparadas, mas com direito a terminarem seus dias com dignidade.

Pois bem. O Asilo São Vicente de Paula mantém um convênio com o Estado através da PROMOPAR. Aliás todas as vovozinhas são encaminhadas ao Asilo pela PROMOPAR.

Para atendimento médico diário destas velhinhas, pelo convênio, três médicos exerciam suas funções no próprio Asilo. Vejam que são quase quatrocentas pessoas idosas, que apresentam problemas de saúde todos os dias. Estes médicos, dois deles já atendendo o asilo há mais de quinze anos, no último dia 14 foram retirados do Asilo São Vicente de Paula. E as velhinhas simplesmente ficaram sem assistência médica.

E sabem, Senhores Deputados, por quê? Por causa da Reforma Administrativa. Acontece que a PROMOPAR pertencia à Secretaria de Saúde e agora passa a pertencer à Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Mas os médicos que atendiam o Asilo continuam pertencendo à Secretaria da Saúde e o Governador baixou decreto mandando todos os funcionários retornarem aos seus órgãos de origem. A PROMOPAR não tem médicos para substituir aqueles que foram retirados do Asilo São Vicente. Resultado: as velhinhas ficaram sem atendimento médi-

co porque, segundo a PROMOPAR, doravante estas deverão ser atendidas pelo posto de saúde mais próximo, Senhores Deputados.

Brincadeira tem hora. Pelo amor de Deus, não se brinca com a vida de seres que já deram a sua vida por esta terra. É desumanidade pensar que é possível levar quase quatrocentas velhinhas a toda hora para atendimento num posto médico, com horário, com filas à tarde, à noite ou pela madrugada.

Problema como este, lamentavelmente, vão surgir aos montes na seqüência da implantação desta Reforma Administrativa, criados exatamente pela pressa de se votar nesta Casa, pela pressa talvez de sua Excelência, o Governador, em implantar esta Reforma Administrativa.

No caso do Asilo São Vicente, graças a Deus, encontramos boa vontade e espírito humanitário no Secretário da Saúde, Dr. Delcino Tavares, que permitiu que os médicos permanecessem pelo menos até o final deste mês. E neste meio tempo, possivelmente com a ajuda de nossos colegas da Bancada do PMDB, vamos conseguir, quem sabe encontrar uma solução satisfatória para o problema das velhinhas do Asilo.

Mas, Senhores Deputados, o que este episódio isolado vem demonstrar? Ficou claro para nós que o carro foi colocado na frente dos bois. Porque, primeiro, dever-se-ia montar toda a estrutura administrativa, fazer as mudanças na prática, de tal sorte que, quando colocado no papel, os problemas já estivessem eliminados e não viessem a emperrar a máquina administrativa como vai, ou como já está até acontecendo. O pior de tudo é que sempre a falta de competência recai em cima do povo. Do povo, que não aguenta mais servir de cobaia para os laboratórios dos governantes que primeiro pensam em seus interesses e conveniências e, por último, quando pensam, pensam no povo.

O povo está cansado de mudanças sem nexos, sem motivo. Será que era momento de se fazer esta Reforma Administrativa? Mudar para quê? Vai melhorar a situação do Estado? Em quê? Está na hora de pararmos e repensarmos esta situação. O povo não aceita mais que a "maioria vença e a minoria se convença".

A farsa do Plano Cruzado fez o povo amadurecer, Senhores Deputados. E vejam bem, quero dar um exemplo aqui, lamentando profundamente o que aconteceu com o companheiro Paulo Furiatti que sofreu na pele esta verdade, sentiu a descrença e o desencanto do povo com o Partido do Governo quando ele foi representar o PMDB no comício das "Diretas-Já" do PT, no sábado à noite, na Praça Santos Andrade. Ele mesmo pode e deve agora alertar seus companheiros de Partido para que parem e pensem an-

tes de agir como verdadeiros rolos compressores contra aqueles que querem aprimorar o processo democrático. Chega de democracia eleitoreira, Senhores Deputados.

É hora de se pensar em mudanças reais, que venham ao encontro dos interesses do povo, que respeitem seus direitos, que atendam da verdade aos interesses desse povo... (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para nós, o que aqui comentamos; a preocupação dos economistas, o NÃO do povo à construção da ferrovia Norte-Sul; as mudanças sem base, representam sinais de perigo, que podem levar o Brasil para caminhos que ninguém deseja.

O amor que temos por esta terra, por este Brasil de todas as gentes - como disse o Governador Álvaro Dias no seu discurso de posse, o Paraná de todas as gentes, para o qual ele voltaria sua administração ... tomara ... Mas, o nosso amor por esta terra, que com grande orgulho representamos nesta Casa, o amor por nosso País, não nos permite admitir que o Brasil de todas as gentes possa seguir o destino das nações que sofreram grandes transformações iniciadas no estômago ...

No estômago, sim, Senhores Deputados ... precisamos parar e repensar...

Não podemos permitir que isto aconteça para o Brasil. Quando as grandes transformações sociais iniciam-se no estômago, as conseqüências são funestas. O brasileiro hoje não tem teto, não tem alimento, não tem emprego e, pior do que tudo, não tem perspectivas ...

É bom lembrar que com 2,5 bilhões de dólares, ou 75 bilhões de cruzados, que pretende o Presidente Sarney investir na construção da Ferrovia Norte-Sul, que será uma obra sem retorno, com este dinheiro o governo pode construir 1 milhão e 500 mil casas tipo popular. O déficit habitacional brasileiro é dos maiores do mundo. A diminuição deste déficit deveria ser prioridade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e nunca uma ferrovia ligando o nada a coisa nenhuma, por ambição e interesse político.

Senhores Deputados, precisamos parar e repensar. O déficit público atingiu níveis praticamente incontroláveis. Praticamente, dissemos, porque queremos continuar acreditando que ainda é possível recuperar este País. Porque tudo é possível desde que os homens responsáveis pela condução do país tenham um pouco de vergonha na cara e um pouco de amor por sua terra.

O que o povo, o que nós podemos esperar desta conjuntura sócio-econômica que aí está? Planos de recuperação econômica não aparecem. O Plano Cruzado foi por água abaixo pela falta de dignidade e de amor

do governo Sarney, que preferiu a vitória política à estabilização econômica do país.

O resultado está aí. O povo brasileiro está desesperado. Está melancólico. Está pessimista. Está cansado. E esta situação mexe com todos nós - quem neste país não tem hoje problema financeiro ou econômico? Quem ?... Nós, como profissional da comunicação, sentimos bem a situação aflitiva que hoje vive o povo. Porque, se mexeu no bolso, mexeu no emocional do povo.

Isto aumenta a violência. O aumento da violência, do Plano Cruzado II para cá, tem sido sensível. Ninguém mais se entende. Qualquer motivo - o mais insignificante, é o suficiente para que um agrida o outro ou para que alguém mate alguém. Todo mundo anda irritado. Existe um clima de agressividade gratuita. Todo mundo perde o controle por nada. Reclama-se de tudo e por tudo. É o desencanto. É o desamor. A falta de segurança gerada pela frustração e pela impotência diante de tantos desmandos administrativos que são praticados neste País. Lembrem-se, Senhores Deputados, que há um ano atrás, havia um clima de euforia com o progresso, com a estabilidade imposta. Hoje as coisas se invertiram, porque nosso emocional está abalado. Falta amor e consciência para todos aqueles que de uma forma ou de outra têm compromissos com o futuro desta terra e do seu povo. É hora de pararmos, de repensarmos esta situação. Hoje não há mais controle de mercadoria alguma. Num supermercado custa um preço, no outro da esquina outro e em outro no meio da quadra custa outro preço. Não há controle de mais nada. Está todo o mundo perdido. A remarcação acontecendo pela madrugada, inclusive, como comprovou-se através de uma ação policial na semana passada, quando foi flagrado um supermercado fazendo remarcação na madrugada. Quem sabe até o empregado daquele supermercado não estivesse ganhando a hora extra".

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre colega, Vossa Excelência realmente está mexendo na veia mestra do problema nacional. Quando Vossa Excelência citou que a população está preocupada com os problemas nacionais, os problemas regionais, o Senhor tem toda a razão. É só pegarmos os jornais. A "Folha de São Paulo" de ontem disse o seguinte: "80% da população são a favor das eleições diretas para Presidente até 1988", citando várias capitais onde houve esta pesquisa diz mais o seguinte: "em Curitiba 33% já querem eleições antes de acabar o Congresso Constituinte; 35 no começo do próximo ano, depois de assinada a Nova Constituição;

13% em novembro de 1988; 4% em novembro de 1989; 3% em novembro de 1990; 4% é contra as eleições presidenciais diretas e 8% não sabem".

A "Gazeta do Povo" de hoje, dezoito de maio, diz que realizou uma enquete aqui nas ruas de Curitiba e o saldo é pouco animador. Todos, sem exceção, estão insatisfeitos com a política brasileira; 75% dos entrevistados não só defendem eleições para Presidente e Vice no menor tempo possível, como desejam também que no mesmo dia das eleições, na mesma hora e na mesma cédula eleitoral possam ser votados novos Deputados, novos Senadores novos Vereadores, novos Governadores, novos Prefeitos.

Portanto, estes dois jornais acabam de mostrar o arrependimento e a enganação porque passou o povo nas últimas eleições. E estão mostrando que o PT, no seu chamado, e a presença de tantas forças políticas no ato de sábado, a presença do PDT, dos PCs, a presença de setores do PMDB, a presença das Centrais Sindicais, das Federações de Trabalhadores, e a presença de tantas representações de diferentes pontos do Estado, realmente está mostrando que a única saída que temos é a população se preocupar com os problemas nacionais e construir uma outra proposta política. Porque esta postura política que está sendo levada, está sendo massacrada pela população que não acredita mais em presente de Natal, não acredita mais na cegonha e não acredita mais em Papai Noel.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Neste sentido, Deputado Pedro Tonelli, quero cumprimentar neste momento o PT. A realização do comício "Pelas Diretas Já" no último sábado à noite na praça de Santos Andrade foi uma demonstração do descontentamento do qual vive o povo brasileiro. Mesmo numa noite de muito frio, numa temperatura muito baixa, lá estavam cerca de 5 mil pessoas a presenciar o PT, o PDT e outros partidos se movimentarem, gritando pelas "Diretas Já"!

Não havia nenhum artista famoso de fora, não havia ônibus trazendo a população das periferias. Não havia o trabalho de cocheira para trazer o povo à praça. O povo veio simples...

O SR. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência darei o aparte.

Queria dizer, então, Deputado Pedro Tonelli, que lá estávamos também, como já o fizemos em 1983, quando o PMDB levantou a bandeira pelas Diretas, eu também, estive, mesmo pertencendo na época ao PDS, eu

estive no "Comício das Diretas", gritando por "Diretas Já". Entretanto, hoje, esse PMDB esqueceu as Diretas, esqueceu que o povo está cansado da maneira como está sendo governado, esquece que o povo não aceita mais as enganações, esquece que o povo quer política de verdade e políticos respeitáveis. Está na hora, portanto, de se mudar os destinos deste País!

A demonstração do PT, no sábado passado, com a presença aqui de seu líder maior Deputado Lula, a demonstração que o PT deu, com as bandeiras do PDT e de outros partidos, é a primeira grande arrancada, com firmeza, para chegarmos às eleições diretas de 1988, se Deus quiser, já no seu começo. Não podemos mais admitir, não podemos mais assistir a esses desmandos, a esses atos de irresponsabilidade, à essa política demagógica, que procura se implantar em cima do povo através de uma comunicação em massa, onde só é permitido falar bem do Governo; falar mal não! E, nesse sentido os jornais do País inteiro trazem hoje a manifestação de alguns políticos desgostosos inclusive com o Jornal da Constituinte, que passa, diariamente nas rádios e televisões. Nele só aparecem as notícias que são do agrado do Presidente, o que não é, não passa, é censurado. Lamentavelmente isso está acontecendo, Senhores Deputados! Está na hora de mudar! Não podemos mais calar a boca da imprensa. E o grande grito de alerta foi dado pelo jornalista Jânio de Freitas do Jornal "Folha de São Paulo", quando denunciou o escândalo da Ferrovia Norte-Sul e é nesse sentido que a imprensa tem um papel importante!

Hoje em dia, lamentavelmente, apesar da boa vontade dos jornalistas, dos radialistas, dos repórteres de televisão, nem sempre eles podem colocar no ar ou no jornal aquilo que eles gostariam, aquilo que eles ouvem no Plenário, aquilo que eles ouvem do povo, porque, infelizmente, quer queira quer não, a Censura ainda existe!

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDS, se fará uso de seu tempo. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

O que me faz usar desta Tribuna diz respeito à Comissão de Segurança desta Casa de Leis.

Eu quero aqui falar em nome do Presi-

dente da Comissão de Segurança, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e dos Deputados Algaci Túlio, Raul Lopes, e mais companheiros da nossa Comissão. Quero dizer aos nobres companheiros, nossos Deputados, que quinta-feira, nós tivemos uma reunião, e admiro muito a atitude do nosso Presidente, pelos atos, pela seriedade com que está levando à frente esta Comissão de Segurança do Estado do Paraná, onde participamos. Na reunião, com o Presidente Luiz Carlos Alborghetti, Deputados Raul Lopes, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Deputado Pirajá Ferreira, nós recebemos um empresário, que veio trazer às mãos do nosso Presidente denúncia da nossa Penitenciária aqui do Estado do Paraná, e seria bom que todos os Deputados conhecessem o problema que está acontecendo nas penitenciárias aqui do nosso Estado do Paraná. Realmente são coisas que nós não podemos aceitar o que está ocorrendo. O Presidente desta Comissão tem demonstrado sua força junto a esta Comissão. E também eu quero, neste momento, elogiar ao Presidente, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, pela sua coragem e dedicação, quando foi a televisão falar ao povo do Estado do Paraná da preocupação desta Comissão com a segurança do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhor Presidente desta Comissão, manifestei o meu contentamento porque o Estado do Paraná está sofrendo e vai sofrer muito mais, se nós parlamentares desta Casa, após ouvirmos um empresário da envergadura deste, que veio trazer documento comprovando a irregularidade que temos neste presídio, nós não nos preocupamos muito com a segurança do nosso Estado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Companheiro Deputado Alexandre Ceranto, eu gostaria de lembrar a esta Casa e aos nobres Pares, de que no dia em que foi empossada a Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, no pronunciamento do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu aparteei e disse a ele e aos integrantes da Comissão que eu confiava no trabalho que poderiam desenvolver, dada a capacidade, a condição e conhecimento que têm do setor principalmente o Presidente, Luiz Carlos Alborghetti, assim como os componentes da Comissão.

Eu diria isso não jogando confete em mim mesmo, pois, como suplente da Comissão também participei da reunião da quinta-feira passada, e nós acompanhamos de perto a preocupação com que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e todos os Membros da Comissão vêm tratando os demais problemas, principalmente na Comissão de Segurança,

assim como os fatos sociais que vêm ocorrendo em todo o Estado do Paraná.

E eu diria mais ainda: o nosso brilhante Parlamentar Luiz Carlos Alborghetti tem em mãos um potencial multiplicado muitas vezes para legislar na defesa da sociedade paranaense. Como parlamentar brilhante, homem de 90 mil votos, recebeu o apoio maciço da comunidade do Paraná. Ele é também homem que tem um canal de televisão e faz com que o seu trabalho, o trabalho da sua Comissão, o seu trabalho de legislador em defesa das causas sociais, das causas populares, seja cada vez mais brilhante no Paraná.

E é de homens assim que nós precisamos. Homens que levam a público os atos e o seu trabalho do dia a dia. E o Deputado Luiz Carlos Alborghetti está de parabéns. Fez a divulgação de uma reunião importantíssima da Comissão de Segurança. Fez uma denúncia, levou a público uma denúncia muito séria, do desgaste que vem acontecendo na área de segurança em todo o Estado do Paraná.

E nós parabenizamos para encerrar, Deputado Alexandre Ceranto, nós parabenizamos toda a Comissão e o Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Que continue com este tipo de trabalho, valorizando o homem e aqueles que lutam pelo bem estar do Estado do Paraná. Levando a público aqueles que denigrem a imagem do homem público, aqueles que estão fazendo, no termo popular o "cambalacho", a sujeira, aí nos bastidores. Homens que têm poder, mas fecham os olhos para a população e deixam acontecer os crimes bárbaros que vêm acontecendo, como a denúncia feita pelo empresário Kaminski, denunciando as fraudes, os fatos que vêm ocorrendo na penitenciária ou nas penitenciárias do Paraná.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Muito obrigado, Deputado Antônio Costenaro Neto, pelo seu pronunciamento. E para encerrar eu quero que todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, ajudem realmente esta Comissão, ao Presidente Luiz Carlos Alborghetti e demais Deputados, pois todos, realmente estão com boas intenções, mas precisam do apoio dos demais companheiros Deputados.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Deputado, eu também queria cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, dizendo que é muito o trabalho que esta Comissão, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia começa a fazer.

E este, tenho certeza, e tem certeza também o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, é o primeiro passo, ainda, que estamos

dando nesta Comissão. Pretende esta Comissão, evidentemente, se aprofundar na área da segurança; pretende esta Comissão não ser apenas um canal de denúncias, mas, também ser um canal de informações, e até mesmo de informações e orientações para os comandantes da Polícia Militar, para o Diretor da Polícia Civil e para o próprio Secretário da Segurança Pública.

O que esta Comissão vê como seu sentido é ajudar a diminuir a criminalidade, que aumenta a cada dia que passa, nesta Capital e neste Estado. É em cima desses fatos que esta comissão, tenho certeza, com o nosso Presidente, com o nosso trabalho e dos demais componentes dessa Comissão, quer fazer valer, realmente, o que está escrito no Estatuto do Sistema Penitenciário do Estado; fazer com que o Secretário da Segurança Pública deixe de agir mais politicamente, e haja mais administrativamente, não querendo indicar ao Estado o Chefe Maior na Polícia Militar, quando a competência não seria exatamente dele.

É este sentido que esta Comissão passa também a ter um papel fiscalizador. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Obrigado, Deputado Algaci Túlio, pela sua dedicação a essa Comissão.

Prezados Deputados, este seria o meu pedido a todos os Parlamentares, que nos apoiem, porque, realmente, o nosso Estado do Paraná está voltado ao bem-estar da nossa população. Então, se nós não ficarmos irmanados, todos nós Parlamentares do Estado do Paraná, para que possamos, realmente, resolver esses problemas da penitenciária do nosso Estado do Paraná, já disse e vou repetir, a nossa população não tem como se valer se não é a nossa equipe aqui para apoiar essa Comissão e também apoiar o Governador e o Secretário de Segurança para resolver esses problemas.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos o representante do PL, se fará uso de seu tempo. (Ausente).

Estando ausente, consultamos o representante do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli, por oito minutos e meio.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores. Colegas Parlamentares e demais presentes.

Ouvi atentamente vários pronunciamentos no dia de hoje, e, realmente, em resumo podemos dizer que todos estão preocupados com o problema político, com o proble-

ma e a crise econômica que vive esta Nação.

Estar preocupado não diz muito, talvez, se a gente não aprofundar a nossa preocupação em identificar aqueles que são os reais culpados e aqueles que têm o poder de solucionar estas crises que a Nação está passando.

Vivemos uma crise econômica já há muito tempo. Temos uma crise política com altos e baixos. Nós, nesta Casa, já afirmamos e reafirmamos que um Governo que não assume as questões populares, que não tem legitimidade e o respaldo, que não tem nenhuma proposta de mudança, não pode e não vai continuar por muito tempo.

Afirmamos aqui também que os recursos públicos e o poder público estão sendo exercidos a favor daqueles que são minoria e dos que menos precisam de ajuda do Poder Público.

Nós temos, talvez, o último exemplo, as últimas páginas que nos provam que essa preocupação é procedente, a história da Ferrovia Norte Sul que liga nada a lugar nenhum. Mas talvez nós tenhamos outros exemplos, até do nosso ponto de vista insignificantes ou do nosso ponto de vista não preocupantes, e que é bom que nós também nos preocupemos com eles.

Ouvimos na semana passada o anúncio do Governo Federal dizendo que ia suspender o gatilho ao funcionalismo público por 60 dias. Ele afirmava também que o motivo da suspensão do gatilho por 60 dias era o prazo que as empresas e os empresários tinham para recolher o ICM aos cofres públicos. Então, como o Governo tinha 60 dias de prazo para cobrar dos empresários o ICM, ele também achava justo a medida de suspender o gatilho dos funcionários públicos por 60 dias.

Eu gostaria também de perguntar e de questionar, por que será que o Governo do nosso Estado não cobra a vista o ICM dos nossos empresários. O consumidor e o produtor, quando dele é descontado o imposto, não tem prazo para recolher, é descontado imediatamente. Por que será que os empresários vão ter um prazo de 60 dias, em alguns setores o prazo é de setenta dias, se sabemos que vão usar esse dinheiro do povo para aplicar em over, em open, para terem os seus benefícios em cima do dinheiro da população. Porquê que o governo não os pune? Existe alguns setores do empresariado paranaense que, aliás, pelas pesquisas feitas, o Estado do Paraná é o Estado que dá o prazo maior, e que tem os benefícios maiores com relação ao recolhimento do ICM dos empresários para os cofres públicos. No ano passado havia um projeto para o Governo reduzir o prazo de seis meses de recolhimento do ICM de alguns setores do empresariado, e o Governo

João Elísio boicotou a redução desses prazos. Aachamos também perfeitamente injusta a pequena multa, a pequena tributação que o Estado impõe àqueles que atrasam o pagamento do ICM dentro dos prazos concedidos.

Portanto Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares desta casa eu queria chamar a atenção é para o fato de, aqui no nosso Estado também, o Governo através da suspensão por 60 dias do pagamento do gatilho, e a sua não manifestação de preocupação em estabelecer prazos iguais para os consumidores, de quem é descontado o ICM quando eles compram os produtos dos empresários, que utilizam este dinheiro do ICM por 60, 70 ou até 180 dias, o poder público paranaense está discriminando, está punindo os trabalhadores que pagam e que devem receber esses benefícios através do gatilho. E, por outro lado, estão beneficiando, estão favorecendo setores empresariais que podem aplicar por até 180 dias e obter uma renda de 20, 30, 40% ou até mais de 40% por mês no mercado financeiro. E mesmo aqueles que deveriam ser tributados, a tributação é de 10%, é ainda menor dos 45% que recebem no setor financeiro. Aí então nós chegamos a constatação de que os empresários além de terem prazos maiores, ainda terão lucro em cima do dinheiro que deveria estar no bolso dos trabalhadores através do gatilho.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado nobres colegas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consultamos a Liderança do PTB, no Horário das Lideranças, se fará uso do seu tempo. (Ausente)

Estando ausente, consultamos a Liderança do PMDB, se fará uso da palavra do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato, por oito minutos e meio.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje o Brasil vive a polêmica da ferrovia Norte Sul. Entendemos que no Brasil, nos seus Estados, há muitas coisas a serem feitas. E até mesmo, esquecidas e abandonadas; muitas coisas a serem recuperadas, principalmente quando se fala em ferrovia.

Nós aqui lembramos, tanto eu como o ilustre Deputado Ferrari Júnior, nós deslocamos à Brasília para falar com o então Ministro dos Transportes, Dr. Affonso Alves de Camargo, hoje, Senador do Paraná. Levamos a ele a necessidade, a preocupação da ferrovia ligando Paraná a São Paulo. Pedimos a ele se fosse viável, se possível, um projeto de recuperação da ferrovia.

Mesmo sabendo das condições financeiras,

prejuízos causados pela ferrovia, que era e é ociosa no País.

Mas, mesmo assim, nós conseguimos o retorno do trem cargueiro, com destino à Cianorte, que é o ponto final da ferrovia. Este foi um trabalho que fizemos com o ilustre Deputado Ferrari Júnior.

E, se nós sabemos que há estradas de ferro ociosas no Brasil, porque não procuramos então, recuperar essas estradas, voltamos ao pensamento da criação de ferrovias, que oferecem um retorno a curto prazo, como o caso da ferrovia da produção, que vem ao encontro das aspirações do Estado do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e a mesmo o Mato Grosso do Norte.

O que não entendemos, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, é o escândalo levantado, a pouca vergonha levantada neste País, através de licitação da ferrovia Norte-Sul.

Se nós que brigamos, que lutamos pelos princípios democráticos neste País, porque então, não copiamos o modelo da democracia norte-americana, a exemplo do escândalo Irã-Gate. Por que não convidar os responsáveis, para depôr no Senado, para que a população brasileira tenha conhecimento de tais situações. Quanto investimento, quantas coisas precisam ser feitas neste País, nos Estados Brasileiros e nos Municípios.

Há pouco levantava o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti a questão das erosões no Noroeste do Paraná, ameaçando casas e estradas sem que existam recursos para recuperá-las. Mas existem recursos para criar uma obra faraônica, ou seja, uma segunda transamazônica.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós que somos membros e filiados ao PMDB, mas não é por isso que nós nos omitiríamos de dizer as verdades que precisam ser ditas no Paraná e no Brasil inteiro. Nós não vamos nos curvar perante certos atos que venham em prejuízo à uma Nação, que entendemos passa momentos financeiros extremamente difíceis.

Nós temos que procurar é atender, no momento, a situação da agricultura no país, que hoje está caminhando para a falência, está transformando pequenos produtores, agigantando-os como os grandes bôias-frias de hoje. É para isso que nós temos que procurar recursos, para atender à agricultura, a atender à pecuária e gerar empregos, mas gerar empregos sem fazer obras faraônicas neste país.

Vamos sentar, meditar e procurar de todas as formas equilibrar as finanças deste País, para depois investirmos em obras de tamanho vulto financeiro.

Ontem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vi através da Rede Globo, no Programa "Fantástico", apesar de não termos

uma ligação profunda, mas gostaria de registrar na Assembléia Legislativa do Paraná que outra injustiça será cometida através do Ministério dos Transportes, que é a utilização do Rio Paraguai, iniciando em Corumbá, Mato Grosso do Sul, e indo até Cuiabá, Mato Grosso, para o transporte de derivados de petróleo.

Isto está colocando em risco a extinção do Pantanal brasileiro, que tem sido alvo de exploração das multinacionais. O Pantanal que tem sido alvo de tanta injustiça à fauna brasileira, quando o Governo Federal deveria preservá-lo para que as crianças de hoje possam no futuro ver aquilo que nós víamos no passado, para que eles possam conhecer a fauna brasileira e não deixar a destruição crescer e apenas através de multas combater esses tipos... essas natureza de transporte.

Nós temos o exemplo de Cubatão, em São Paulo, onde hoje tantas e tantas crianças nascem defeituosas. E por que que nós iríamos permitir ao Ministérios dos Transportes o uso do pantanal? E gostaria que o nosso poeta-Presidente José Sarney olhasse com mais carinho o Pantanal Brasileiro, que é a relíquia, a beleza deste País, que atrai tantos e tantos turistas, trazendo divisas ao nosso País.

E aqui fica, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o meu voto de protesto se essa medida for tomada, utilizando o Rio Paraguai, via Corumbá e Cuiabá, no transporte de petróleo para atender a Capital mato-grossense.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n. 122/86, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Majella Agnelo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

205/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 124/86), dispondo que a categoria funcional de Técnico de Administração, código P-15, constante do Anexo I, do Grupo P-Profissional, da Lei n. 424, de 17.12.80, fica transformada em categoria funcional de Administrador. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N. 205/86

Art. 1.^o - Dá nova redação ao artigo 2.^o, da Lei n. 7711, de 15 de julho de 1983, alterado pela Lei n. 7931, de 07 de novembro de 1984, que passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 2.^o - O Vice-Governador poderá exercer funções em órgãos da administração direta ou indireta do Estado e da União.

§ 1.^o - Pelo exercício das funções de que trata o "caput" deste artigo, o Vice-Governador não perceberá qualquer espécie de remuneração, assegurado, entretanto, o direito de opção, exceto nos casos de órgãos de deliberação coletiva.

§ 2.^o - No caso de assumir funções previstas neste artigo, fica o Vice-Governador autorizado a ausentar-se do Estado ou do País pelo tempo que durar a investidura".

Art. 2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.87.

(aa) Caíto Quintana, Tadeu Lúcio Machado, Domingos Scarpellini, Sabino Campos, Cândido Bastos, Nelson Vasconcellos e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A alteração pretendida visa ensejar o exercício, pelo Vice-Governador do Estado, de cargo ou função na administração federal, bem como ausentar-se do Estado ou do País (art. 46, da Constituição do Estado).

É indispensável justificar a conveniência para o Estado de contar com autoridade à frente de órgão público nacional capaz de carrear-lhe benefícios e recursos.

Quanto à iniciativa, a matéria situa-se entre aquelas que a Constituição entregou concorrentemente ao Executivo e ao Legislativo. Em votação. **Aprovada.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 41/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de utilidade pública a Pré-Escola Divino Espírito Santo-Maternal e Jardim de Infância, com sede e foro em Ponta Grossa. Com Parecer Favo-

rável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 60/86, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uraí, com sede e foro na cidade de Uraí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 96/86, de autoria do Deputado Márcio Almeida, que declara de utilidade pública o Centro de Planejamento Natural da Família - CENPLAFAM, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 110/86, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos, que denomina Vereador Agenor Bertolom a rodovia que liga o município de Cruzeiro do Oeste ao município de Nova Olímpia. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/86, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que declara de utilidade pública a Federação Umbandista do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 166/86, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial Bom Samaritano, com sede no município de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 192/86, de autoria do Deputado Tadeu França, que declara de utilidade pública a Associação dos Professores de Espanhol do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 213/86, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que declara de utilidade pública a Associação do Clube de Mães-Sagrada Família, com sede e foro no município de Corbélia. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 11/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba,

com sede na Cidade de Guaratuba e foro judiciário na Comarca de São José dos Pinhais. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Lopes da Silva, ocorrido no dia 15 de maio do corrente ano, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egídio Lucini, ocorrido no dia 14 de maio do corrente ano, no Município de Itapejara D'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, à Universidade Estadual do município de Ponta Grossa, pelo 17.º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, dos artigos intitulados "Rui Barbosa Tinha razão?" e "Compulsório sobre viagens e arbitrariedades na poupança", publicados no Jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura e Abastecimento, apoiando os termos do expediente a eles formulados pela Associação Paranaense de Suinocultores - APS, referente recursos para a execução do seu Programa Estadual de Melhoramento Genético. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, em nome da bancada do PDT, solicita votos de congratulações ao Jornal "O Paraná" pelo seu 11.º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga Oroitê à estrada de ligação entre Iporã à Francisco

Alves. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga Vila Nilza à estrada de ligação entre os municípios de Iporã e Altônia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que determine ao Sr. Secretário dos Transportes a inclusão do município de São Jorge do Patrocínio no Programa de Pavimentação Asfáltica Rural lançado recentemente pelo Governo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, viabilizando a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, no município de Paranaipoema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito do município de Piraquara, encarecendo a execução de uma praça no Conjunto Residencial Atuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Ponta Grossa à localidade de Biscaia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando o asfaltamento do acesso ao município de Imbituva até a Sede do Jockey Club, passando pelo Armazém da Cooperativa Agrícola de Irati Ltda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Comissão Organizadora do II Encontro Municipal de Agricultoras, no município de Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, viabilizando a alocação de uma viatura junto à Delegacia de Polícia do município de Orti-

gueira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o pagamento das diárias em atraso, dos Policiais Militares. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo reparos na Escola Estadual Tenente Sprengel, da Vila Tebas, município de Piraquara. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um Distrito Policial, no Bairro Alto Boqueirão, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de Autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em alusão ao "Dia da Indústria". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações de quantas casas possui o DER nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da reportagem "Antônio Mendes é um homem privilegiado: tem 100 anos e é feliz", publicada no jornal Correio de Notícias. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 11.º aniversário de fundação do Jornal "O Paraná", nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação do ensino de 2.º grau no município de Sulina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a colocação de dissipadores de velocidade (quebra-molas) nas localidades de Esquina Gaúcha, município de Pérola D'Oeste, e Flor da Serra, no município de Realeza. -

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a implantação de uma escola agrícola, no Município de Ivaiporã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo medidas de proteção a bancas de jornais e revistas, principalmente para aquelas situadas no centro desta Capital.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao produtor Rodolfo Germano Werner, que sagrou-se campeão de produtividade no Estado com colheita, este ano, de 11.400 quilos por hectare de milho. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50º aniversário de atividades de ensino do Grupo Escolar Hugo Simas- Ens. de 1º Grau Regular e Supletivo, do Município de Londrina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo autorizar o 11.º Distrito Rodoviário- DER, sediado em São Mateus do Sul, a manter a conservação das estradas intermunicipais que ligam o Município de São Mateus do Sul à Rio Azul. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo melhorias no telhado do Colégio Estadual Carlirio Gomes dos Santos, no Município de Santa Amélia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo aumento de cota de medicamentos para o Posto de Saúde localizado no Município de Santa Amélia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Exército, parabenizando-o pelo seu pronunciamento durante as comemorações alusivas

ao "Dia Nacional da Cavalaria", no Município de Tramandaí- RS. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Maringá, manifestando congratulações pela gestão para a elaboração de Emenda ao Projeto de Lei que restabeleceu a autonomia financeira às Universidades Paranaenses. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns. 177/86, 189/86, 39/87 e dos Projetos de Resolução ns. 04/87, 05/87, 06/87, 07/87 e 08/87.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 41/86, 60/86, 96/86, 110/86, 130/86, 166/86, 192/86, 213/86, 11/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 1987.

**"ANTONIO MENDES É UM HOMEM PRIVILEGIADO:
TEM 100 ANOS E É FELIZ**

Neste País em que as condições dignas de vida a maior parte da população inexistem a comemoração dos 100 anos de idade do Senhor Antonio Agner Mendes se torna um fato excepcional. Mas não deveria ser assim e juntamente com "Seo Tônico", como é conhecido, outros tantos cidadãos deveriam também comemorar o seu centenário.

Antonio Agner Mendes nasceu em São José dos Pinhais no ano de 1887, depois transferiu-se para Antonina, estabelecendo-se em Curitiba a partir de 1921. Casou-se em 1911 com Gilda de Souza Neves, com quem teve uma única filha, Iva Mendes do Nascimento, residindo atualmente na casa da filha. Sempre trabalhou no comércio como caixa - equivalente a contador agora, na venda de tecidos e erva-mate.

"Seo Tônico", já se aposentou há muitos anos, mas continua em atividade, principalmente no acompanhamento das notícias via jornal e televisão. "Ele lê o jornal todo o dia de manhã e faz a triagem das notícias para nós", diz sua filha. Até seis anos atrás "Seo Tônico" andava normalmente, mas mesmo problemas de saúde não impedem que ele passeie com a filha. A fa-

mília acredita que o seu bom estado de saúde se deve ao comedimento que sempre norteou a sua vida. "Seus hábitos sempre comedidos e hoje ele continua alimentando-se normalmente, afirma Iva.

Além de ler jornais e ver noticiários da TV, "Seu Tônico" gosta de comer feijão, arroz e costela. Sua preferência musical é a música sertaneja. "Hoje as coisas são muito diferentes, diz "Seo Tônico", antigamente a distância entre a mocidade e os mais velhos não era tão grande. Outro fato que merece sua atenção é a inflação. Antes se podia comprar um quilo de carne de primeira por 600 réis. Eu ganhava 30 mil réis por mês e vivia bem", fala Antonio. Ele foi homenageado por sua família ontem com uma missa na Igreja Santo Agostinho e um almoço, onde foi exaltado o seu modo de vida. "Penso que a sua maneira de viver possa ser uma lição para os outros", diz Abdon Nascimento, genro de "Seo Tônico".

OS 100 ANOS DE UM HOMEM FELIZ

Antonio Agner Mendes completou ontem, 100 anos de idade. Lúcido e saudável, ele atribui sua longevidade aos hábitos comedidos. Mas, se queixa do custo de vida.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DAVID CHERIEGATE, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 1987.

"RUI BARBOSA TINHA RAZÃO"

Antonio Celso C. de Albuquerque.

Legislar em causa própria, vem sendo a prática mais usual neste país, desde os tempos do mil réis até o reinado do nocauteado cruzado. É só assistir os noticiários de televisão ou ler-se os jornais, que se tornaram verdadeiros tribunais de denúncias, para se constatar esta triste realidade. É um "salve-se quem puder", na mais correta interpretação do ditado, "cada um por si e Deus por todos". E nesta desregrada corrida contra a inflação mensal, não se respeitam instituições e a vergonha é considerada palavra abolida do dicionário pátrio. O que conta mesmo é a luta pela sobrevivência, pouco importando as eventuais suscetibilidades feridas, quer próprias, quer de outrem.

Assim, os vereadores tentam aprovar lei que lhes permite aposentadoria precoce, com apenas seis anos de mandato. Os Tribunais de Contas, um pouco mais modestos, permitem aposentadoria com quinze anos e o que é pior, agora também os ministros dos Tribunais Federais e do Trabalho, compraram passagem no mesmo trem e votaram uma lei que lhes aumenta o salário em 50%, a título de ajuda de custo para moradia e condução, além é claro, de não pagarem o imposto de renda, como os demais mortais deste País.

Enfim, é uma sucessão de mordomias, estabelecidas às claras, sem que seus idealizadores e beneficiários sintam qualquer constrangimento. É como se a inflação avassaladora, levasse junto na enxurrada, a vergonha do brasileiro.

E realmente, o que falta neste país é vergonha. Os escândalos se sucedem de uma forma tão escrachante, que as denúncias geralmente veiculadas pela imprensa, quase que diariamente, já se tornaram rotina. E as quantias envolvidas são tão altas, que tenho certeza de que as vezes a cada um de nós vem a vontade de ter sido um dos beneficiários da tramóia. E aí, então é que percebo que o que falta ao país é a vergonha e que este constrangimento, inerente ao ser humano, vem sendo derrotado todos os dias em todas as frentes, vencendo, até os mais renitentes.

Afinal, os honestos são tão poucos que vão acabar como uma minoria discriminada e isolada, sem acesso aos altos cargos do governo e carentes até de amigos influentes.

Correm inclusive o perigo de serem impedidos de votar nas próximas eleições. Na verdade, a corrupção desenfreada, legal ou ilegalmente constituída, inunda o Brasil como um verdadeiro dilúvio. Não há freios nem regras. Vale tudo em busca do dinheiro, que como um deus corruptor, reina incontestemente neste país de vastidão continental, onde o tamanho territorial se compara a extensão da desonestidade.

E quando isto tudo acabará? Será que depende do governo da nova Constituição ou quem sabe o parlamentarismo porá fim a esta vergonha nacional que constrange o povo brasileiro, a grande maioria que só assiste mas não participa. Realmente, o futuro é incerto e a nós, ainda honestos, só nos cabe a esperança de um dia restabelecermos a vergonha como instituição. Isto se não resolvermos que Rui Barbosa tinha razão quando disse: De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agitarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DAVID CHERIEGATE, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 1987.

"COMPULSÓRIO SOBRE VIAGENS E ARBITRARIEDADES NA POUPANÇA"

Gil César Dantas Bruel

O chamado entulho autoritário ao contrário de que se afirma, nasceu antes de 1964, mas precisamente logo após à renúncia de Jânio Quadros.

Com a instalação do que seria a Nova

República, falou-se na remoção do "lixo autoritário" que assolava o país. Mas, ao que parece, ao lado de inúmeros novos Decretos-Lei que surgiram, pessimamente redigidos e editados de maneira estapafúrdia e sem a menor consideração para com o povo brasileiro, vieram também Resoluções, Portarias e até mesmo Circulares, para não se falar em simples ordens de serviços, emanadas dos mais incompetentes setores da administração, para tumultuar a hierarquia das leis.

Estarrecido, presenciei, no final de julho de 1986, o anúncio da instituição de um "empréstimo não restituível". Lembra-se?

Tal "empréstimo" dizia respeito à aplicação da Lei Federal n. 4.131/62 à venda de passagens para o exterior e aquisição de moeda estrangeira para as despesas com tais viagens.

Procurei o tal "pacote econômico", de responsabilidade do Ministro Dilson Funaro e nada encontrei sobre o "empréstimo não restituível".

Surpreso, deparei com a Resolução n. 1.154, da lavra de Fernão C.B. Bracher, Presidente do Banco Central do Brasil, comunicando a cobrança de encargos financeiros sobre a emissão de passagens e câmbio de moedas, com base na Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, a partir daquela data (23.7.86), até 31 de dezembro de 1987.

Procurando os artigos 29 e 30 da referida lei (totalmente obsoleta), mas considerada em vigor até a presente data, e noto que o artigo 29, que autorizaria a cobrança de tais "encargos", tem um parágrafo que diz:

"O prazo máximo da faculdade impositiva de que trata este artigo será de 150 (cento e cinqüenta dias), consecutivos ou não, durante o ano".

Mas, tenho conhecimento de que, mesmo no prazo compreendido entre 23 de dezembro e 31 daquele mês o ágio foi exigido, e, até mesmo por decisões judiciais, depositado o seu valor em Juízo quando impugnada a cobrança. O prazo máximo de lei exaure em 30.05.87, como vimos.

Como pode o texto de uma Resolução arbitrária ultrapassar o disposto na lei em que se fundamentou para ser editada?

O tempo passou e tomei conhecimento, através da Caixa Econômica, que os depósitos em Cadernetas de Poupança, em contas de "aniversário" (termo tocnocrata) em sábado, domingo ou feriado não poderiam receber depósitos após o primeiro dia útil que antecederesse a data da conta, recomendando-se que os depósitos que seriam feitos no primeiro dia útil após a data da conta, fossem transformados em abertura de nova caderneta!

Sabem como! Através de simples comunicado, da lavra da Diretor de Valores Imo-

biliários do Banco Central, publicado na forma de Circular n. 1.143/87, no Diário Oficial da União de 20 de março do corrente ano. Os leitores poderiam perguntar sobre a aplicação do artigo 125 do Código Civil Brasileiro, mas, este é o Brasil de hoje.

Inconformado com tais distorções, estou notificando judicialmente os titulares da Diretoria de Valores Mobiliários e presidente do Banco Central, juntamente com o Ministro da Fazenda, para que providenciem a revogação de tais atos, prevenindo-se sobre eventuais responsabilidades, em prejuízo próprio ou mesmo de terceiros.

Assim, espero estar dando minha contribuição, para o início da remoção do "entulho autoritário" acumulado em nosso país por vinte e cinco anos, pois, assim classifico tais Resoluções e Circular.

A propósito, vou transcrever, ainda, o texto do artigo 30 da Lei 4.131, também invocado pela presidência do Banco Central para a cobrança dos "encargos financeiros" sobre passagens e câmbio, sob a sigla F.N.D. (Fundo Nacional de Desenvolvimento), usado para financiar a contestada estrada de ferro Norte-Sul:

"Art. 30- As importâncias arrecadadas por meio do encargo financeiro previsto no artigo anterior, constituirão reserva monetária em cruzeiros, mantida na Superintendência da Moeda e do Crédito, em caixa própria, e será utilizada, quando julgado oportuno, exclusivamente na compra de ouro e de divisas, para reforço das reservas e disponibilidades cambiais".

Para finalizar, quero mostrar os argumentos do Banco Central para contestar os Mandados de Segurança que se insurgem contra a cobrança daquele imposto, ágio ou encargo:

"O maior equívoco dos impetrantes, contudo, é classificarem como imposto aquilo que, na realidade, é mero aumento de preços".

E, mais adiante:

... não se pode fugir à evidência de que o acréscimo de 25% sobre as passagens aéreas internacionais vem a ser, em última análise, um mero aumento temporário das tarifas".

Daqui para frente, me recuso a tecer mais considerações, deixando a palavra para o D.A.C., e para o I.A.T.A., bem como aos notificados, esperando que a Ordem dos Advogados do Paraná, honre o seu compromisso assumido em campanha, no sentido de coibir tais abusos.

Usei a primeira pessoa, ao escrever estas linhas, para não deixar dúvidas de que assumo inteiramente a responsabilidade do que estou divulgando através da "Gazeta na Justiça", coluna que dignifica o jornalismo do Paraná.